

PROJETO CAMÉLIA: promovendo a igualdade de gênero e de raça na escola

Elizângela Mª C. A. MORAIS¹; Mariana F. FURTADO²

RESUMO

O projeto Camélia, foi proposto para ser aplicado durante o desenvolvimento da Residência Pedagógica, programa no qual as duas autoras são participantes. Ao realizar um levantamento sobre tema abordado, foi verificado que o assunto é muito discutido atualmente, no entanto, não existem propostas práticas que contribuíssem para um real avanço neste quadro nas escolas. Assim, o projeto de extensão aqui descrito, apresenta uma sequência de medidas a serem aplicadas em uma escola pública, no qual envolve discussões e reflexões dirigidas acerca do tema, debates com fundamentação teórica e que discussões que promovam apropriação crítica no contexto da realidade das mulheres negras no Brasil.

Palavras-chave: Combate as diferenças; Empoderamento; Escola; Sociedade.

1. INTRODUÇÃO

A flor camélia, é símbolo do movimento abolicionista. No livro “As Camélias do Leblon e a abolição da escravidão”, o historiador Eduardo Silva, conta que a flor era utilizada pela princesa Isabel, e demais damas, como código de postura contra a escravidão.

Temas sociais como relações de gêneros e desigualdades raciais devem ser constantemente abordados nas escolas como forma de combate das diferenças, e de inclusão desses grupos considerados como minorias. Alguns dados nos indicam que as mulheres negras estão em desvantagem em relação a outros grupos. Pois sofrem com o racismo social e institucional, inviabilizando seu acesso aos instrumentos do estado e dificultando o combate ao preconceito.

A secretaria nacional da juventude nos aponta em seu relatório **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (2017)** que, “o risco relativo de uma jovem negra ser vítima de homicídio no Brasil é 2,19 vezes maior que o de uma jovem branca.”

Segundo a ONU (2017), “o racismo é uma das principais causas históricas da situação de violência e letalidade a que a população negra está submetida.” e para superar essa violência contra a população de jovens negros no Brasil, a ONU lança uma campanha que tem como objetivo sensibilizar o estado e a sociedade “a respeito da importância de políticas de prevenção e enfrentamento da discriminação racial”. Além de estimular debates sobre medidas urgentes de superação do racismo, aborda diferentes aspectos da questão, que permeiam entre a dificuldade de cidadania plena por

1 Bolsista CAPES/Programa de Residência Pedagógica, IFSULDEMINAS – Campus Pouso Alegre. E-mail: elizangela.alves@ifsuldeminas.edu.br.

2 Bolsista CAPES/Programa de Residência Pedagógica, IFSULDEMINAS – Campus Pouso Alegre. E-mail: marifurtado93@gmail.com.

causa da marginalização; passam pelo tratamento diferente que os negros recebem em espaços públicos; e pelo vazio do ninho que os jovens assassinados, deixam em suas famílias e comunidades; chegando ao problema da escolha de suspeitos pela polícia, exclusivamente por serem negros. As desigualdades de gênero e raça são estruturantes da desigualdade social brasileira. Essa realidade é evidenciada por estudos e pesquisas baseados em indicadores sociais, que nos revelam que as desigualdades se mantêm e que uma possível reversão deste quadro demandaria uma nova forma de agir. Para Bourdieu (2002), a dominação masculina é fruto da organização do trabalho através da história e se perpetuou no tempo e salienta o papel das instituições que concorrem para a garantia dessa permanência.

De acordo com o Ipea (2011), “o desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%)”.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é uma realidade, no entanto é marcada por diferenças de gênero e raça. Além de estarem menos presentes do que os homens no mercado de trabalho, ocupam espaços diferenciados, estando mais presentes nos trabalhos precários. Além do mais, a trajetória feminina rumo ao mercado de trabalho não significou a redivisão dos cuidados entre homens e mulheres, mesmo quando se trata de atividades remuneradas, o que pode ser percebido pela concentração de mulheres, especialmente negras, nos serviços sociais e domésticos. (IPEA, 2011).

Bourdieu (2002), acredita que este cenário pode ser alterado se a dominação masculina não for mais compreendida como algo que é indiscutível. Nesse sentido, a escola então pode ser o primeiro espaço da sociedade aberta para estas discussões e possibilitar um lugar onde as transformações na sociedade se iniciem.

O PROJETO CAMÉLIA, será aplicado em uma turma de Ensino Médio da Escola Estadual Dr. José Marques de Oliveira, localizada em Pouso Alegre, visando proporcionar debates para conscientização da desigualdade e preconceito racial sofrido por mulheres negras e promover ações como forma de combater essas questões.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Como ação para o desenvolvimento do projeto será seguido os passos a seguir:

1º Passo: Iniciar com uma apresentação, aberta para diálogos, sobre as desigualdades de gênero e raça que permeiam a sociedade e como ela reproduz esse comportamento culturalmente, apresentando relatórios oficiais do governo que tratam do assunto.

2º Passo: Exibir filmes e documentários que abordam o assunto para que todos entendam como essas mulheres sentem, e discussão sobre o ponto de vistas dos alunos e professores.

3º Passo: Elaborar um plano de ação junto com os alunos. Indicar a necessidade de se acrescentar essas intervenções ao Plano Pedagógico da Escola, para a garantia que sejam cumpridos.

4º Passo: Cientificar e reforçar a todos a importância de práticas que estimulam o empoderamento das meninas negras, que sofrem desde a infância com assédios e inferiorizações, mostrando a elas que não precisam se adequar a nenhum padrão de beleza, sendo feliz com seu corpo, e com a pessoa que ela é. Criando por exemplo, um dia da beleza negra infantil, onde nesse dia todas as realizações serão voltadas na valorização da beleza negra.

5º Passo: Enfatizar com os professores que seus materiais didáticos e paradidáticos e os eixos fundamentais da educação deverão contemplar temas ligados a questões étnico-raciais, ensino de história e cultura africana e promoção da igualdade racial, conforme as orientações do MEC.

6º Passo: Estimular a criação de políticas de permanência na escola para essas meninas e adolescentes, assim como políticas de acesso ao mercado de trabalho como forma de combate ao sexismo e racismo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados será de natureza qualitativa por meio de observações da escola e seus integrantes, estas informações serão registradas em um diário de campo.

Será avaliado a conscientização dos atores escolares, tanto alunos como professores, da vulnerabilidade dos nossos jovens negros, principalmente as meninas que têm ainda como agravante o impasse de gênero.

4. CONCLUSÕES

Falar de racismo e sexismo nas escolas pode ser um início de combate ao preconceito na sociedade. Políticas de ações afirmativas devem ser ampliadas na busca de uma sociedade mais justa e democrática. Assumir que a discriminação racial é uma ferida aberta e, que embora haja avanços, é preciso atualizar e ampliar os acessos, abre caminho para um debate que se faz urgente em direção à superação do racismo.

A escola precisa colocar os alunos em contato com os elementos que formam cada grupo étnico brasileiro, para que eles sejam capazes de compreender a complexidade dessas identidades e, assim, se afirmar não apenas pela cor da pele ou do cabelo, mas também por outros elementos. Apesar de os conteúdos das **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** contemplarem esse esforço, ações específicas sobre a afirmação de cada identidade devem ser empreendidas nas escolas.

Portanto, se nas escolas nossas crianças afro descendentes principalmente as meninas sofrem com diversos tipos de assédios e inferiorizações, é aqui que essas práticas devem ser combatidas desde a educação infantil. Neste espaço ao mesmo tempo que combate a exclusão deve-se investir fortemente o empoderamento infantil, mostrando para as meninas desde muito pequenas que elas não precisam se adequar a nenhum padrão de beleza.

Por meio das iniciativas discutidas neste projeto, esperamos que os professores e demais profissionais da educação fortaleçam o papel que exercem como fomentadores da cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, da equidade étnico-racial, de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Capes, pela concessão de bolsa para o programa de Residência Pedagógica que proporcionará a vivência da prática docente e a aplicação do projeto aqui proposto.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **ONU Brasil lança campanha pelo fim da violência contra a juventude negra**. Brasília, 2017.

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.: il.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Índice mostra a vulnerabilidade dos jovens à violência no Brasil**. Brasília, 2017.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravidão** – uma investigação de história cultural. Companhia das Letras, São Paulo 2003.